

## **ALGUMAS PONDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE RECUPERAÇÃO DA PORTADA DA PRIMITIVA IGREJA DO SENHOR BOM JESUS DE MATOSINHOS**

**José Antônio de Ávila Sacramento**

Assim noticiou o jornal Estado de Minas na sua edição de 24 de setembro de 2008: *“Campinas (SP) – Colocamos uma madeira de cada lado e fizemos uma tala bem mais alta que eu, aquela do tipo de levantar motor de carro, de corrente. Usamos ela (sic) para colocar a portada no lugarzinho. Montamos primeiro as laterais, nas medidas certinhas. A parte de cima, colocamos na tala, ficou direitinho. Do jeito que você está vendo. É com riqueza de detalhes que o caseiro Joaquim Ferreira, de 60 anos, se lembra do dia em que um caminhão parou na entrada da Fazenda São Martinho da Esperança, em Campinas (SP), e descarregou um portal entalhado em pedra-sabão, com ordens para que fosse montado em frente à pequena capela ao lado da sede da fazenda do seu patrão, o advogado e banqueiro Mário Pimenta Camargo, falecido em 1996. O que o funcionário desconhece é que a peça é uma parte do patrimônio histórico arrancado de Minas Gerais, em um processo que começou com a derrubada criminosa da Igreja do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, de São João del-Rei, na Região Central do estado, em 1970. E a peça entalhada em pedra, alvo de ação do Ministério Público mineiro, que reivindica sua devolução, está longe de ser a única antiguidade transplantada para a luxuosa propriedade do interior paulista. (...) Embora cheio de teias de aranha, com resquícios de uma caixa de marimbondo na porção esquerda e uma lasca quebrada na porção direita, o portal de aproximadamente seis metros de altura por três de largura está em bom estado. Tudo indica que não se trata da única relíquia histórica nos redutos de São Martinho da Boa Esperança. Um sino de ferro fundido do século 19, instalado em uma torre, enfeitada o jardim a poucos metros da sede da fazenda. ‘Esse sino veio de Salvador, da Bahia, um pouco depois da portada’, contou o caseiro Joaquim Ferreira. Na peça, é possível ler a inscrição “Nosso Senhor do Bonfim - José Pereira Barboza - 1892.”<sup>1</sup>*

Foi ocasionalmente que descobrimos que o portal original da Igreja do Senhor Bom Jesus de Matosinhos estava ornamentando a fazenda situada em Campinas-SP. O nosso lampejo aconteceu quando nos deparamos com uma detalhada e ilustrada reportagem publicada na Revista “Casa de Fazenda” (Ano 1, nº 2, 1990 – editada pelo Grupo de

---

<sup>1</sup> In: “Barroco mineiro adorna luxo em fazenda de Campinas”, matéria de Thiago Herdy.

Revistas *Casa Cláudia*). A peça estava (como ainda está) ornamentando a Fazenda São Martinho da Esperança; a citada reportagem trouxe uma foto muito nítida da portada, que foi facilmente reconhecida ao ser cotejada com outras imagens e com a submissão dela à perspicácia do santeiro Osni Paiva, aquele que erigiu uma réplica do templo demolido e, conseqüentemente, do portal, em seu quintal. Pudemos também ler o seguinte texto que muito nos chamou a atenção, na página 84 da revista: "(...) Ah, a face silenciosamente bela e mística das Minas Gerais. Sobretudo, a fé removida das igrejas ornadas por Aleijadinho para os redutos de São Martinho da Esperança. Eis um verdadeiro espetáculo de bom gosto e história: um pórtico em pedra-sabão, trazido de São João del-Rei (*sic*) para enriquecer uma capelinha dos anos 50, perdida em meio à vegetação. Deslumbrante cenário..." (no final do texto há uma foto da portada enfeitando a dita fazenda).

Em decorrência da descoberta do paradeiro da peça, a presidência do IHG de São João del-Rei achou por bem levar o assunto para ser debatido no âmbito do sodalício. O assunto prosperou e resultou na anuência da assembleia do Instituto, reunida em 14 de setembro de 2003<sup>2</sup>, quando ficou autorizado que se tomassem as medidas administrativas e/ou judiciais cabíveis para tentar reaver a peça. Assim, a presidência debruçou-se exaustivamente sobre o caso, para depois oficiar à Dra. Eliane do Lago Correa, então titular da 3ª Promotoria de Justiça de São João del-Rei e responsável pela Curadoria de Defesa do Patrimônio Público e Patrimônio Histórico e Cultural desta Comarca.

Em 07 de outubro de 2003, depois de fundamentar a questão, solicitamos formalmente a interveniência do Ministério Público no sentido de ajudar ao IHG a recuperar para a comunidade são-joanense a portada original do templo. Aquela era uma peça valiosa, de amplo significado histórico, religioso e cultural para a memória da cidade e do Bairro de Matosinhos, patrimônio que fora nebulosamente negociado pelo afoito padre demolidor da referida Igreja, no ano de 1970<sup>3</sup>.

O "repatriamento" daquela portada de Campinas para São João del-Rei está sendo esperado para qualquer momento; mais dias ou menos dias, o regresso dela acontecerá. Este retorno, além de suas evidentes características memoriais, será também como um preito aos fundadores do nosso Instituto Histórico e Geográfico. Foram eles que em 1970 manifestaram-se energicamente contra a demolição da

---

<sup>2</sup> Coincidentemente o dia maior da festa do Senhor Bom Jesus de Matosinhos.

<sup>3</sup> A 3ª Promotora de Justiça, ao receber o pedido do IHG, instaurou o Inquérito Civil nº 077/2003 "para apuração de possível dano ao patrimônio histórico e cultural de São João del-Rei".

Igreja, tentando, ainda que sob os achincalhes paroquiais, sensibilizar o então vigário e o bispo diocesano para interromper a fatídica derrubada do templo erigido há cerca 200 anos, na mesma época da construção da nossa igreja franciscana. No entanto, apesar dos veementes protestos, aquele patrimônio acabou sendo jogado ao chão<sup>4</sup>. Com a Igreja em processo de extinção, os membros do IHG lutaram para que pelo menos a portada aqui permanecesse. Oficiaram ao bispo da época, solicitando as providências neste sentido; o bispo, por sua vez, acenou com a maneirosa promessa de que a portada ficaria na cidade, mas, surpreendentemente, a palavra dele não se sustentou e a peça acabou sendo vendida pelo padre para um magnata paulista por 5 mil cruzeiros (cerca de 4 mil reais). Estes episódios foram acompanhados pela imprensa da época, estão registrados em atas do IHG e integram uma espécie de dossiê produzido por Altivo de Lemos Sette Câmara, à época vice-presidente do IHG.

Desde há muito tempo que o ato da demolição da igreja matosinhense serve de estímulo para discussões favoráveis e desfavoráveis, apaixonadas e técnicas; serviu também de inspiração para muitos escritos, inclusive meus, já publicados em várias épocas. O assunto despertou produtivos debates em palcos abalizados, como os que foram realizados no IHG. A atitude de se tentar recuperar um pedaço da nossa memória cruelmente extirpada já foi manchete na imprensa escrita, falada e televisada local, estadual e até mesmo nacional. O assunto também gerou inúmeras bravatas e serviu até de pasto para alimentar futricas de fanfarrões pelas esquinas são-joanenses...

O fato concreto é que a discussão da pretensa volta da portada para São João del-Rei só progrediu quando ganhou como aliado o Ministério Público Estadual, nas pessoas dos mui dignos promotores doutores Marcos Paulo de Souza Miranda<sup>5</sup> e Antônio Pedro da Silva Melo<sup>6</sup> (através da protocolização de uma Ação Civil Pública em Defesa do Patrimônio Cultural de MG, nº 062508082432-3, datada de 15 de julho de 2008).

Algum tempo depois, a Justiça Federal chamou para si a responsabilidade da resolução da pendenga, uma vez que, no

---

<sup>4</sup> O vigário demolidor ainda achou por bem "responder" aos protestos do IHG, através de ofício datado de 13 de maio de 1970, no qual, dentre outras coisas, escreveu: "Nenhum valor tem para mim protesto veemente ou sem veemência. O assunto é de exclusivamente da alçada da Igreja. Não aceitamos a intromissão de alheios à religião em assuntos de competência da mesma, ainda mais de um desconhecido IHG (...) As igrejas são para utilização dos fiéis e não para serem contempladas como pura arte de construção...". O protesto do Instituto foi "lido alto pelo padre, para os fiéis, na missa de domingo, com zombarias e declarações de desprezo ao IHG".

<sup>5</sup> Coordenador das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais. É natural de Andrelândia - MG e está atuando na capital mineira.

<sup>6</sup> Promotor de Justiça Curador do Patrimônio Cultural da Comarca de São João del-Rei - MG. É natural de Resende Costa - MG.

entendimento dos seus integrantes, sobre a Igreja que fora demolida incidia um tombamento federal (pelo então SPHAN, atual IPHAN)<sup>7</sup> e, então, seria dela a competência para tratar do caso. Como dizem que perguntar não ofende, deixo aqui a minha humilde indagação: se a Igreja era tombada, por onde é que andavam os figurões e os barnabés do SPHAN, que parecem não ter visto ou não quiseram ver a demolição da Igreja? Afinal, uma igreja não se derruba assim, da noite para o dia! O papel do SPHAN no episódio da demolição da Igreja do Senhor Bom Jesus de Matosinhos ainda é um mistério!

Há pouco tempo chegou-nos a notícia de que a inventariante do espólio do banqueiro paulista que mal adquiriu a portada resolveu “devolver” a peça, mediante petição inclusa nos autos do processo 2009.38.15.000812-0 que tramita na Justiça Federal de São João del-Rei; ela solicitou uma espécie de acordo, ensejando a restituição “voluntária” daquele patrimônio que está na sua fazenda. Como não nascemos ontem e nem antes de ontem, não somos assim tão ingênuos para acreditar que a dita senhora age altruisticamente e que ela assim se manifestou por ser sensível ao patrimônio são-joanense ou ao patrimônio de quem quer que seja. Afinal, quem está com o portal teve o prazo de mais de 40 anos para devolvê-lo voluntariamente e não o devolveu. O fato é que, sendo restituída ou não, a portada será mesmo buscada na fazenda campinense; a peça já não podia ser retirada do local onde está e nem ser molestada até que o processo chegasse ao fim, sob pena de alta multa, conforme liminar concedida em 24 de julho de 2008 pelo Dr. Auro Aparecido Maia de Andrade, ilustre juiz da 2ª Vara Cível da Comarca de São João del-Rei<sup>8</sup>.

Não bastasse isto, o fato de a responsável pela fazenda estar guardando o portal e, certamente, ter de devolvê-lo mediante força judicial, poderia (como ainda pode) se transformar numa espécie de escândalo midiático; se assim acontecesse, seria ainda mais desfavorável para piorar a imagem já desgastada de quem o adquiriu e o manteve na sua posse, ilegalmente, por mais de quatro décadas. Esta notícia, uma vez divulgada, poderia até mesmo chamar a atenção dos órgãos preservacionistas e de mais municípios brasileiros para outros bens culturais que lhes foram surrupiados e que por acaso

---

<sup>7</sup> Em 13 de janeiro de 1937, a Lei de nº 378, no governo de Getúlio Vargas, criou o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Em 1946, o SPHAN passou a se denominar Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). Em 1970, se transformou em IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

<sup>8</sup> Transcrevo parte da medida liminar concedida pelo douto juízo: “O pedido em relevo mostra-se juridicamente relevante e, mais, justifica-se como medida necessária para prevenir eventual dano ao patrimônio histórico e cultural de São João Del Rei, razão pela qual o acolho na sua integridade. Assim concedo a liminar acimada e determino aos requeridos que não retirem a portada da antiga Igreja de Bom Jesus de Matosinhos do local onde se encontra, ou seja, na Fazenda São Martinho da Esperança, bem como ainda não alienem tal bem, até ulterior determinação judicial, sob pena de busca e apreensão e, ainda, multa no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais) para cada um dos mesmos requeridos.”.

estejam enfeitando aquela localidade, outras fazendas ou outras plagas<sup>9</sup>. Na publicação "Casa de Fazenda" há a descrição de vários objetos antigos ornamentando o exterior e o interior da Fazenda São Martinho da Esperança, a exemplo de uma pintura religiosa sacra que está numa de suas salas, "o detalhe do painel do teto da matriz da cidade mineira de São Tomé das Letras, com a cena do batismo de Jesus por São João Batista". A reportagem do Estado de Minas também constatou que "a entrada da capela atrás da portada é enfeitada com duas imagens ocas, de madeira, de São Francisco de Assis e São José. No interior do templo, há antiguidades como uma pia batismal de pedra, um confessionário de madeira e um oratório com pinturas internas, localizado sobre o altar", e, ainda, "em um salão à direita da sede, segundo funcionários da fazenda, estão guardados dezenas de instrumentos e antiguidades de cassinos, da época em que a prática de jogo era liberada no Brasil."<sup>10</sup>.

O fato que mais nos interessa é que em breve haveremos de recuperar a portada! Mas esta situação, ainda que auspiciosa, nos apresenta um outro embaraço: aonde ela será reinstalada? No entendimento deste articulista, esta seria uma questão fácil de ser resolvida: não tenho dúvidas de que a portada, por justiça e por sapiência, deveria e mereceria ser recolocada como um símbolo no local exato onde existiu a igreja que foi demolida; se isto não for possível, deveria ficar o mais próximo possível do lugar de onde ela nunca deveria de ter saído, na praça recém-reformada. Esta opinião está em consonância com o item 70 da "Carta de Ouro Preto", elaborada em 2009, como documento síntese do IV Encontro Nacional dos Ministérios Públicos Federais e Estaduais na Defesa do Patrimônio Cultural: "sempre que possível, impõe-se a devolução dos bens culturais apreendidos aos seus locais de origem".

Mas, no que se diz respeito ao local da reinstalação da portada, quando ela retornar a São João del-Rei, há opiniões controversas até então

---

<sup>9</sup> "O possível retorno da portada da Igreja do Senhor de Bom Jesus de Matosinhos a São João del-Rei reacende as esperanças de encontrar uma outra portada de pedra-sabão ainda mais suntuosa: a que pertencia à antiga Matriz Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, que ficava em Piranga, na Zona da Mata. A portada principal de madeira, marcos e moldura foram vendidos, em 1966, durante a demolição da igreja para construção de outra matriz. Acredita-se que o templo, erguido por bandeirantes em 1694, foi a primeira paróquia de Minas Gerais. O Ministério Público foi informado que a fachada da antiga matriz teria sido levada para o exterior e atualmente estaria sendo usada para decorar uma casa noturna na França. Pedidos de colaboração foram feitos à INTERPOL..." (Fonte: Matéria "Objeto de fé orna boate na França", Reportagem de Thiago Herdy. Jornal Estado de Minas - 22 de setembro de 2008).

<sup>10</sup> O promotor Dr. Marcos Paulo de Souza Miranda alerta que a população pode ajudar na localização, recuperação e devolução das peças do patrimônio cultural: quem tiver qualquer informação sobre a localização de bens procurados pode entrar em contato com a Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico, Cultural e Turístico de Minas Gerais e fazer, sigilosamente, sua denúncia. Aqueles que adquiriram, de boa-fé, peças furtadas também poderão fazer a devolução sem que respondam pelo crime de receptação. O endereço da Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico, Cultural e Turístico de Minas Gerais é: Rua Timbiras, 2.941 - Barro Preto - CEP 30.140-062 - Belo Horizonte - MG. Telefax: (31) 3250-4620. O e-mail é: [cppc@mp.mg.gov.br](mailto:cppc@mp.mg.gov.br)

incompreensíveis: há quem queira que a portada seja encostada numa das paredes do interior da atual e modernosa Igreja de Matosinhos; outros a querem como um portal, num dos trevos, enfeitando uma das entradas da cidade; outros ainda querem que ela vá para o Museu Regional e outros chegam até a sugerir que ela seja instalada nas proximidades da rotunda, interior do parque ferroviário da EFOM...

Aspecto da portada instalada no jardim da Fazenda São Martinho da Esperança:



"(...) Ah, a face silenciosamente bela e mística das Minas Gerais. Sobretudo, a fé removida das igrejas ornadas por Aleijadinho para os redutos de São Martinho da Esperança. Eis um verdadeiro espetáculo de bom gosto e história: um pórtico em pedra-sabão, trazido de São João del-Rey para enriquecer uma capelinha dos anos 50, perdida em meio à vegetação. Deslumbrante cenário...". (In: Revista "Casa de Fazenda" - Ano 1, nº 2, 1990, p.84).

**Texto publicado originalmente no Jornal de Minas**  
**São João del-Rei - MG. Ano X - Ed. nº 138, 08 a 14/10/2010, p.2**

*São João del-Rei - Minas Gerais - Brasil*